

Light 2012

Campanha Salarial 2012/2013

Assembléia discute pauta de reivindicações

A lição de casa foi feita pelo Sindicato e pela categoria com a distribuição, preenchimento e sistematização da pesquisa que tinha como principal objetivo democratizar a confecção da pauta de reivindicações visando o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2012/2013.

A convocação de Assembléia para aprovação da pauta é o complemento que pode definir um instrumento de negociação que reflita exatamente a expectativa da categoria em relação à Campanha Salarial.

Nesse sentido, vale lembrar que a Assembléia é soberana e pode referendar ou modificar todas as contribuições resultantes da pesquisa.

Ou seja, quem vai definir a pauta de reivindicações são aqueles(as) que comparecerem à Assembléia e votarem cláusula por cláusula da nossa proposta para o ACT.

Cada trabalhador e cada trabalhadora deve entender que a definição da pauta de reivindicações é o primeiro passo para que uma Campanha Salarial seja vitoriosa.

Nessa pauta devem constar todos os anseios da categoria, dando oportunidade à diretoria do Sindicato de discutir com a empresa as verdadeiras expectativas de cada setor.

Definida a pauta e consolidada sua entrega à empresa, não há mais como modificá-la.

Daí a importância do comparecimento de todos(as).

Venha participar da Assembléia, dando o primeiro passo para uma Campanha Salarial ampla, participativa e vitoriosa.

A participação de cada um de nós terá reflexos no desenvolvimento das negociações e a presença maciça da categoria vai demonstrar o interesse com que o ACT está sendo esperado.

Venha. Traga um(a) companheiro(a) de setor e participe.

Não deixe que outros definam o que você quer.

Nossa unidade é nossa maior arma.

E o Sindicato é a nossa voz.

Assembleia

Dia 26 de março de 2012, às 18 horas
No Auditório do Sintergia
Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar

CUT discute com ministro da Fazenda isenção de I.R. na PLR e progressividade na tabela do imposto

A CUT e as demais centrais sindicais se reúnem nesta quarta-feira (21), às 15h00, em Brasília, com o ministro da Fazenda Guido Mantega, para discutir dois itens que constam da pauta dos trabalhadores entregue à presidenta Dilma Rousseff no último dia 14.

Nesta primeira reunião, os dirigentes vão debater duas das reivindicações feitas: 1) isenção de imposto de renda na PLR – Participação sobre Lucros e Resultados; e, 2) progressividade na tabela de imposto de renda.

Na audiência da semana passada, o presidente da CUT, Artur Henrique, lembrou à Dilma que a pauta dos trabalhadores já havia sido entregue ao governo em 2011, porém, nada foi debatido ou encaminhado. Na ocasião, a presidenta determinou que a equipe econômica discutisse com os líderes sindicais alguns dos itens reivindicados.

Segundo Artur, o fim do IR sobre a PLR é uma questão de justiça. Afinal, a taxa não incide sobre os lucros dos empresários. Quanto à progressividade na tabela do imposto de renda, ele argumenta que quem ganha menos tem de pagar menos e, também, que é preciso taxar mais a especulação e desonerar a produção para incentivar investimentos, criação de emprego e renda.

O presidente da CUT lembra que, quan-

do o governo acenou com a desoneração da folha, no lançamento do plano Brasil Maior, a central há havia deixado claro que o objetivo deveria ser aumentar o percentual patronal do INSS das empresas que contratam menos mão de obra para incentivar a contratação nas empresas que contratam mais trabalhadores.

“A segunda preocupação”, disse Artur, “era com relação ao futuro dos recursos da seguridade social”. Ele explicou que, quan-

do o governo desonerou a folha de setores mais impactados pela crise econômica internacional, se comprometeu a formar um grupo de trabalho cuja tarefa seria avaliar quanto determinada empresa recolhia de INSS quando o percentual patronal era de 20% e quanto

está recolhendo agora. Se o montante for menor o governo garantiu que o Tesouro repassaria a diferença. “Até agora, o GT não foi formalizado e ninguém sabe como andam as contas da Previdência Social. E agora o governo quer ampliar a desoneração”, critica Artur.

Além de Artur, participam da reunião com o ministro da Fazenda, os secretários Vagner Freitas, Administração e Finanças, e Manoel Messias, Relações do Trabalho; e os presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, e dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Juvandia Moreira Leite.

